

## PNR - Medidas de Combate à CRISE

Área PNR 2008-2010	Medida
Qualidade das Finanças e dos Serviços Públicos	A melhoria da Qualidade das Finanças e Serviços públicos está expressa transversalmente nas iniciativas abaixo descritas.
Um ambiente mais favorável para os negócios, em especial para as PME	<p><b>Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado</b> (PREDE, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros, n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro).</p> <p><b>Área acesso ao financiamento</b> <u>Programa FINICIA</u>; <u>Programa FINCRESCER</u>; <u>Programa FINTRANS</u></p> <p><b>Área promoção do empreendedorismo:</b> <u>Programa Empreendedorismo e Valorização Económica do Conhecimento</u></p> <p><b>Área promoção de boas práticas/Reconhecimento de Mérito PME:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Programa Competências e estímulo das PME para adopção de estratégias de crescimento</u></li> <li>• <u>Reconhecimento de Mérito de PME – Mobilizar pelo exemplo</u></li> </ul> <p><b>PME Investe</b> - As linhas de crédito PME Investe têm como objectivo facilitar o acesso das PME ao crédito bancário, nomeadamente através da bonificação das taxas de juro e da redução do risco das operações bancárias através do recurso aos mecanismos de garantia do Sistema Nacional de Garantia Mútua que suportam até 50% do capital em dívida, ou até 75% no caso de Micro e Pequenas Empresas.</p> <p>Neste âmbito, a partir do segundo semestre de 2008, foram disponibilizadas quatro linhas de crédito no montante global de 3.750 Milhões de euros, subdivididas nas seguintes componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ PME Investe I - 750 Milhões de Euros</li> <li>○ PME Investe II - 1.000 Milhões de Euros</li> <li>○ PME Investe III - 1.600 Milhões de Euros</li> </ul>

- PME Investe IV - 400 Milhões de Euros

A PME Investe I, lançada em Julho de 2008 e já encerrada atingiu os objectivos que presidiram à sua criação e abrangeu um total de 1241 operações.

A PME Investe II, lançada em Outubro de 2008, permitiu concretizar 1788 operações, num valor de 537.632.074 euros.

A PME Investe III, lançada em 12 de Janeiro de 2009, , permitiu concretizar, nas suas várias vertentes, 23 718 operações a que corresponde um valor de 1.390,9 milhões de euros

A PME Investe IV, foi lançada em 15 de Junho de 2009, tendo uma dotação de 400 milhões de euros, dos quais metade para PME exportadoras e a outra metade para micro empresas.

**PME Consolida** - Programa do Ministério da Economia e da Inovação destinado ao apoio especial à actividade económica e ao emprego, tendo como objectivo melhorar o acesso a instrumentos de financiamento para reforço da estrutura de capitais das empresas, em especial Pequenas e Médias Empresas. Dispõe de um orçamento estimado em 400 Milhões de Euros consubstanciando-se em três instrumentos de apoio ao reforço do financiamento das empresas nacionais:

- FACCE – O Fundo autónomo de apoio à concentração e consolidação de empresas com um montante a subscrever de 175 Milhões de Euros, apoia o financiamento de operações de reestruturação, concentração e consolidação de empresas e de projectos de demonstrada valia económica de reestruturação empresarial, associações em participação ou outras formas de parcerias industriais e comerciais estáveis.
- FIEAE – O Fundo imobiliário especial de apoio às empresas com um montante a subscrever de 100 Milhões de Euros, está vocacionado para a aquisição de imóveis integrados no património de empresas como forma de dotação destas mesmas empresas de recursos financeiros imediatos, normalmente acompanhada da reserva de utilização e direito ou obrigação de recompra desses mesmos imóveis pelas empresas transmitentes.
- Instrumentos de Capital de risco - As Sociedades de Capital de Risco do Ministério da Economia e da Inovação, InovCapital e Turismo Capital, foram reforçadas com dotações adicionais de 125 Milhões de euros. O objectivo deste apoio é reforçar o financiamento dos capitais próprios das empresas exportadoras e de base tecnológica, bem como das empresas do sector do

turismo que necessitam de financiamento para expansão da actividade e modernização ou lançamento de novas unidades.

- **Programa PME SEGURA** - Com início em Fevereiro de 2009 visa reforçar os mecanismos de seguro de créditos através do apoio ao nível das garantias, disponibilizadas pelo sistema nacional de Garantia Mútua ou directamente pelo Estado, permitindo às empresas aceder em condições mais favoráveis aos instrumentos de seguro de crédito disponibilizados pelas empresas seguradoras nacionais. Inclui três linhas de seguros de crédito:

**Linha OCDE I** - Complementa o valor da cobertura de seguros de crédito, no valor de 1.000 milhões de euros

- Visa a cobertura complementar de riscos comerciais de operações de exportação com um período de crédito até 2 anos.
- 500 Milhões € com garantia do Estado (via SGM – Sociedades de Garantia Mútua) e 500 Milhões € garantidos pelas 4 Companhias de Seguro de Créditos protocoladas

**Linha OCDE II** para situações de recusa de seguros - 1.000 milhões de euros

- Visa alargar a capacidade de cobertura de riscos mais gravosos, recusados pelas Seguradoras
- Prevê a garantia do Estado até 60% para cobertura de riscos comerciais de exportações para clientes em países da OCDE

**Linha Fora OCDE + Turquia + México.** Seguro Crédito à exportação, com Garantia de Estado – 1.000 milhões de euros

- Visa a cobertura de riscos de crédito de natureza comercial e política de operações de exportação de bens e serviços para países fora da OCDE + Turquia + México
- Totalmente garantida pelo Estado e disponibilizada através da COSEC, S.A

**Apoio especial à actividade económica, exportações e PME : Investimento Público e Despesa Fiscal em 2009: € 800M:**

- Linha de crédito de 2000 M€ para PME
- Criação de um fundo de reestruturação industrial
- Apoio aos mecanismos de seguro de crédito à exportação (4000 M€)
- Apoio à promoção externa
- Apoio ao financiamento de projectos de investimento privados na agricultura e na agro-indústria co-financiados por fundos comunitários
- Criação de uma linha de crédito de apoio à exportação e competitividade da agricultura, das pescas e agro-indústria no montante de 175 M€
- Crédito fiscal ao investimento em 2009, que poderá atingir 20% do montante investido, dedutível em 4 exercícios.
- Autoliquidação do IVA na prestação de bens e serviços às Administrações Públicas de montante superior a 5000€
- Aceleração do reembolso do IVA, baixando o seu limiar de 7500€ para 3000€
- Redução do valor mínimo do Pagamento Especial por Conta para 1000€

Mais I&D e Melhores  
Sistemas de inovação

- Estratégias de eficiência colectiva
- Vales I&DT e Inovação

**NOVAS MEDIDAS**

- PME Investe
- PME Consolida
- Programa PME SEGURA

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Simplificação do Registo da Propriedade Industrial: registo online 24h/7 e 365 dias por ano. 50% de redução nos custos dos registos online.</li> <li>• Fundo para a internacionalização de patentes desenvolvidas por Universidades, Empresas e Inventores. Nas PME as reduções podem ter um incentivo de 90% na redução dos custos de registo. Para 2009, o fundo engloba cerca de €500.000, totalmente financiado pelo INPI.</li> <li>• QREN: SI Qualificação e Internacionalização de PME, e do Sistema de Incentivos à I&amp;DT, respectivamente, o “Vale Inovação” e o “Vale I&amp;DT”: lançamento de seis concursos (três de cada tipologia de vale), em Maio e Novembro de 2008 e em Maio de 2009, para recepção de candidaturas de empresas, registando-se no conjunto 884 propostas, das quais 677 com parecer favorável e 351 já contratualizadas.</li> <li>• Sistema de Incentivos Fiscais à I&amp;D em Empresas (SIFIDE) e do seu considerável reforço no final de 2008, Portugal oferece hoje o sistema de incentivos fiscais às empresas mais competitivo da Europa, facilitando uma dedução fiscal que pode atingir 82,5% do investimento em I&amp;D.</li> <li>• Continuação da implementação do programa “Compromisso com a Ciência”</li> <li>• Conclusão do Programa Nacional de Re-equipamento Científico (2005-2009) de forma a reforçar as condições infra-estruturais para actividades científicas de elevada qualidade e para a cooperação científica nacional e internacional</li> <li>• Lançado uma iniciativa estratégica para o desenvolvimento da História da Ciência em Portugal compreendendo a preservação, classificação e estudo de acervos documentais e arquivos de Ciência, a formação avançada, em Portugal e em instituições estrangeiras, de novos investigadores, assim como o reforço e articulação em rede de grupos e instituições científicas e o desenvolvimento de programas de investigação.</li> <li>• Julho 2009: instalação o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL), que será inaugurado em Braga e que deverá afirmar-se como instituição internacional de excelência.</li> <li>• Em Instalação em Portugal o primeiro Instituto Fraunhofer na Europa fora da Alemanha, “Fraunhofer Portugal Research”, na área das tecnologias de informação e comunicação, que ficará instalado no Porto, junto à Faculdade de Engenharia.</li> <li>• Já em 2009 foi ainda criada a iniciativa Ciência e Património, em colaboração com o IGESPAR, que conta com mais de 70 acções até ao final de Junho em diferentes pontos do país, de modo a facilitar o contacto directo do público com investigadores e especialistas da área do património.</li> </ul>
<p>Combater as Alterações Climáticas, Apostar nas Energias Renováveis e na</p>	<p><b><u>Energia Sustentável</u> : Investimento Público em 2009: € 250M</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Apoio extraordinário à instalação, durante o ano de 2009, de painéis solares e de unidades de microgeração, designadamente mini-eólicas</li> </ul>

## Eficiência Energética

- Antecipação do investimento na infra-estrutura de transporte de energia
- Melhoria da eficiência energética dos edifícios públicos (hospitais, universidades, tribunais, repartições públicas, etc).
- Investimento em redes de telecontagem de energia

### **Eólicas**

- Foi criado através do Despacho nº 32276-A/2008, do MEI, de 17/Dezembro, o Fundo de Apoio à Inovação (FAI), com a dotação de 76,8 M€, correspondente à soma dos contributos dos dois vencedores, com uma afectação inicial de 35 M€ por parte do Consórcio da 1ª fase e 4,1 M€ da 1ª prestação do Consórcio da 2ª fase.

### **Biomassa**

- Dos 15 concursos lançados, 2 ficaram desertos, 8 estão adjudicados e 5 têm já relatório provisório. A 1ª Central resultante destes concursos entrará em funcionamento em Julho/Agosto de 2009.

### **Hídrica**

- Estão em fase de construção: Picote II (Rio Douro, 231 MW); Bemposta (Rio Douro, 409 MW); Ribeiradio (Rio Vouga, 70 MW); Baixo Sabor (Rio Sabor, reversível, 170 MW); Alqueva II (Rio Guadiana, 160 MW).

### **Ondas**

- Em Setembro de 2008, entrou em laboração uma central de ondas, na Póvoa do Varzim, com uma capacidade instalada de 2,25 MW (fornecimento de energia a cerca de 1500 casas). O investimento inicial foi de cerca de 8,5 M€. Esta Central está a produzir e injectar electricidade na rede, embora se trate de um modelo para testes e ajustamentos.

### **Fotovoltaica**

- A **Central solar fotovoltaica de Amareleja, Moura**, entrou em funcionamento em Dezembro de 2008, possui uma potência instalada de 46,4MW. Tem uma produção anual estimada em cerca de 90GWh/ano, valor equivalente ao consumo doméstico médio português de 30 mil habitações. O investimento global da ordem dos 261 M€ envolveu a criação de uma fábrica de montagem de módulos fotovoltaicos, em Moura. Em laboração desde Julho de 2008

#### **Microgeração**

- O Programa que se está a promover, Programa *Renováveis na Hora*, visa a instalação de 50 000 sistemas de microgeração até 2010. De Abril de 2008 a Maio de 2009 foram construídas e certificadas 2363 unidades de microprodução, correspondendo a uma potência instalada de 8,3 MW.

#### **Biocombustíveis**

- De de 1 Janeiro 2008 a 31 de Dezembro de 2010 vigora a **isenção parcial de ISP** (Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos concedida nas condições da Portaria nº 1554-A/2007, de 7/12), que incide sobre os biocombustíveis substitutos do gasóleo rodoviário.
- Em Janeiro de 2009 (Portaria nº 13/2009, de 13 de Janeiro), foi fixado o valor da isenção do ISP para o biocombustível destinado a substituir o gasóleo rodoviário € 280/1000 l).
- Em Fevereiro de 2009 foi estabelecida a obrigação de incorporação mínima de 6% de biodiesel no gasóleo rodoviário (DL nº 49/2009, de 26 de Fevereiro).

#### **Eficiência Energética**

Sistema de Certificação Energética nos Edifícios: Até à data estão emitidos 112 mil Certificados energéticos de edifícios.

Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética: meta alcançar, até 2015: uma melhoria da eficiência energética equivalente a 9,8% do consumo final de energia. **Apoio QREN:** a aplicação será em áreas específicas, tais como: Inovação, Indústria, Empresas de Serviços de Energia (ESCO), Cheque Eficiência e Plano Renove+, Crédito Eficiência, Auditorias

Energéticas no Estado, Comunicação e Coordenação.

### Medidas fiscais

- Reforma da fiscalidade automóvel, com internalização de custos ambientais, sociais e de infra-estrutura. Tomada de medidas no OE 2009, que visam minorar o impacto negativo da reforma verificado em sede de receita fiscal e dar continuidade à progressiva redução de emissões de dióxido de carbono.
- Criação de uma taxa sobre as lâmpadas ineficientes: Em Março 2008 entrou em vigor uma taxa sobre as lâmpadas menos eficientes (DL n.º 108/2007, de 12/04). O produto das taxas reverte a favor das medidas de eficiência energética previstas no PNAEE e no Fundo de Carbono.
- Campanha de Iluminação Eficiente: Foi lançada a campanha de entrega de 4,5 milhões de lâmpadas de elevada eficiência energética (3 milhões de lâmpadas distribuídas no final de 2008 e 1,5 milhões a distribuir até Setembro de 2009). Mais de 900 mil lares foram abrangidos pela medida, dirigida aos segmentos de menor consumo/menor rendimento e às escolas/juventude.
- Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de energia eléctrica (PPEC): o orçamento previsto para este mecanismo no período 2009/2010 é de 11,5 M€.

Instalação de Painéis solares térmicos: em 12 de Fevereiro 2009, foi assinado entre o Estado Português (MFAP e MEI) e várias instituições financeiras um Protocolo, a vigorar até 31 de Dezembro 2009, visando criar e regular o incentivo à instalação de 200 000 m<sup>2</sup> painéis solares térmicos no sector residencial, no montante de 95 M€.

Melhoria da eficiência energética dos Edifícios Públicos: Medida para a promoção do investimento em soluções de melhoria da eficiência energética de 100 edifícios públicos consumidores intensivos de energia (hospitais, universidades, tribunais, edifícios da Administração pública), tendo como objectivo estimular os sectores da construção, da metalurgia e engenharia

mecânica e consultoria, conduzindo a ganhos directos através da redução do consumo energético.

Investimentos em "Redes e Contadores Inteligentes" InovGrid: Medida desenvolvida pela EDP Distribuição e INESC – Porto, destinada a apoiar a instalação de sistemas inteligentes de medição de energia em cerca de 10% de todos os consumidores domésticos de electricidade.

Veículo Eléctrico: Desenvolvimento de uma rede de carregamento, com a previsão de 180 000 veículos eléctricos em 2020, com uma rede inicial de mais de 1300 pontos de carregamento até 2011 (e mais de 25 000 até 2020):

Reconversão e Modernização do Sector Refinador em Portugal: Refinaria de Sines e do Porto

**Mais Mobilidade  
Positiva através das  
Qualificações, do  
Emprego e da Coesão  
Social**

**Medidas Específicas de Apoio ao Emprego: Despesa Pública em 2009: € 580M**

**I – MANTER O EMPREGO 285 M€**

- Reduzir em 3 pp as contribuições para a segurança social a cargo do empregador, em micro e pequenas empresas, para trabalhadores com mais de 45 anos
- Plano excepcional de apoio a empresas e trabalhadores em situação de redução temporária de actividade, nomeadamente através da medida Qualificação-Emprego

**II – APOIAR OS JOVENS NO ACESSO AO EMPREGO 105 M€**

- Criar mais 12.000 estágios profissionais para jovens, nomeadamente jovens licenciados em áreas de baixa empregabilidade
- Pagamento de apoio à contratação de 2.000€, acrescido de isenção de dois anos de pagamento de contribuições para a segurança social na contratação de jovens

**III – APOIAR O REGRESSO AO EMPREGO 137 M€**

- Pagamento de apoio à contratação de 2.000€, acrescido de isenção de dois anos de pagamento de contribuições para a segurança social na contratação de desempregados de longa duração
- Redução em 50% da contribuição para a segurança social na contratação a termo de desempregados com mais de 55 anos
- Criar o novo Programa de Estágios Qualificação-Emprego, destinado a desempregados, independentemente da idade, que melhoraram as suas qualificações
- Apoiar a criação de 1.600 novas empresas (e cerca de 3.000 novos empregos) por parte de desempregados, através de linha de crédito específica e bonificada no montante de 100 M€
- Apoiar a integração de 30.000 desempregados em instituições não lucrativas, através do Contrato Emprego-Inserção
- Alargar a oferta de cursos de dupla certificação, nomeadamente EFA e CET's, para desempregados em regiões específicas mais atingidas pelo desemprego

**IV – ALARGAR A PROTECÇÃO SOCIAL 53 M€**

- Prolongar o subsídio social de desemprego durante o ano de 2009, por m período de mais 6 meses

- Reforçar as garantias de protecção no desemprego incentivando os regressos rápidos ao mercado de trabalho

#### **Reforço dos apoios sociais aos alunos do ensino superior:**

Aumento das bolsas em 15% para os alunos deslocados e em 10% para os não deslocados; manutenção do preço das refeições das cantinas; manutenção do preço das residências para bolseiros; aumento em 50% do valor da bolsa Erasmus; alargamento da redução em 50% do custo do transporte urbano com a criação do passe «sub23 @ superior.tp», destinados a estudantes até aos 23 anos, inclusive.

O aumento das bolsas abrange 70 mil alunos, e o passe abrange 212 mil estudantes.

- Dedução nas despesas de habitação e extensão dos períodos de pagamento de empréstimos para as famílias de menor rendimento;
- Aumento dos apoios financeiros à educação nas famílias com menores rendimentos

#### **Protecção Social – Idosos**

Com a preocupação de ajudar as famílias, em especial os idosos, nas despesas com medicamentos, foi criada uma medida que permite o **acesso gratuito aos medicamentos genéricos mais usados** (doenças crónicas, hipertensão, insuficiência cardíaca). A medida irá permitir o acesso a 1 milhão de pensionistas de baixos rendimentos a partir de 1 de Junho.

#### **Criação de uma linha de crédito extraordinária à protecção da habitação própria permanente em situação de desemprego**

As pessoas que se encontram desempregadas há, pelo menos, três meses, podem ver reduzida a sua prestação mensal em 50%, por um período de 24 meses (medida que abrange todos os créditos à habitação própria e permanente contratados até 19 de Março de 2009).

#### **Natalidade, Crianças e Jovens**

Durante o ano de 2008, foram implementadas as seguintes medidas de apoio às famílias:

- i) instituição do abono de família pré-natal
- ii) majorações específicas: monoparentalidade e famílias mais numerosas

- iii) aumento extraordinário de 25% do abono de família (escalões de rendimento mais baixos)
- iv) alargado o montante adicional do abono de família para crianças e jovens a todos os titulares da prestação, independentemente do nível de rendimentos do agregado familiar (protecção na eventualidade de encargos familiares<sup>1</sup>)
- v) alteração do conceito de rendimento anual relevante dos trabalhadores independentes a considerar para efeitos de atribuição de prestações sociais.

Ainda neste âmbito, foram actualizados os valores das prestações familiares para 2009<sup>2</sup>: o abono de família pré-natal, o abono de família para crianças e jovens, bem como as majorações em função de situações de monoparentalidade e para as famílias mais numerosas, beneficiaram de um aumento correspondente a 2,9% para os três primeiros escalões e de 2,4% para os 4.º e 5.º escalões.

#### INICIATIVA EMPREGO 2009 – metas e execução

	MEDIDAS	METAS	EXECUÇÃO
<b>Manter o Emprego</b>	<b>1. Redução das Contribuições para a Segurança Social</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução em 3 pp das contribuições para a segurança social a cargo do empregador relativas a trabalhadores com 45 ou mais anos</li> <li>• Apoio médio de 331 €por posto de trabalho</li> </ul>	N.º empresas: 200.000 empresas  N.º trabalhadores: 513.000	N.º empresas: 68.000  N.º trabalhadores: 178.000  <i>(Fonte: MTSS – 31 de Maio de 2009 )</i>
	<b>2. Programa Qualificação-Emprego</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à manutenção do emprego e ao aumento das qualificações em períodos de redução extraordinária de actividade em empresas economicamente viáveis e com forte perspectiva de recuperação total da capacidade produtiva</li> </ul>	N.º trabalhadores: 20.000	N.º trabalhadores: 6.300  <i>Nota: Abrange todos os sectores da economia. Espera-se que mais 2.100 venham a iniciar a formação em breve.</i>

<sup>1</sup> Decreto-Lei n.º 245/2008, de 18 de Dezembro.

<sup>2</sup> Portaria n.º 511/2009, de 14 de Maio.

			(Fonte: MTSS – 26 de Junho de 2009)
<b>Acesso ao Emprego</b>	<b>3. Estágios Profissionais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio à inserção ou reconversão de jovens desempregados, na vida activa, complementando uma qualificação preexistente através de formação prática em contexto laboral</li> </ul>	N.º de novos estágios: 12.000	N.º estágios: 14.000  (Fonte: MTSS – 26 de Junho de 2009)
	<b>4. Apoio à Contratação de Jovens</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Pagamento de apoio à contratação de 2.000€ acrescido de isenção de dois anos pagamento de contribuições para a segurança social na contratação, sem termo e a tempo completo, de jovens</li> <li>Aquando da contratação, as entidades empregadoras poderão optar, em alternativa, por 3 anos de isenção total de pagamento de contribuições</li> </ul>	N.º jovens: 20.000	N.º jovens: 16.100  (Fonte: MTSS – 26 de Junho de 2009)
<b>Retorno ao emprego</b>	<b>5. Apoio à Contratação de Desempregados de Longa Duração</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Pagamento de apoio à contratação de 2.000€ acrescido de isenção de dois anos de pagamento de contribuições para a segurança social na contratação, sem termo e a tempo completo, de desempregados de longa duração (mais de 9 meses), inscritos no Centro de Emprego</li> <li>As entidades empregadoras poderão optar, em alternativa, por 3 anos de isenção total de pagamento de contribuições</li> </ul>	N.º desempregados: 8.000	N.º desempregados (medidas 5 e 6): 2.800  (Fonte: MTSS – 26 de Junho de 2009)
	<b>6. Apoio à Contratação de Desempregados com 55 e mais anos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Redução em 50% da contribuição para a segurança social na contratação a termo</li> </ul>	N.º desempregados: 4.000	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplica-se a desempregados inscritos há mais de 6 meses no centro de emprego</li> </ul>		
	<p><b>7. Programa de Estágios Qualificação-Emprego</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Programa consiste no pagamento de 50% da retribuição durante um período de 9 meses e será aberto nas modalidades de i) candidatura de par desempregado/empresa ou ii) candidatura de empresas, que farão o recrutamento e a formação através de programa de formação próprio</li> </ul>	N.º desempregados: 10.000	N.º desempregados: 1.000 <i>(Fonte: MTSS – 26 de Junho de 2009)</i>
	<p><b>8. Criação do Próprio Emprego</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Financiamento a taxa bonificada com período de carência total de capital e juros;</li> <li>• Garantia mínima de 75% do total do crédito;</li> <li>• Empréstimos de valor máximo de 100.000 €</li> </ul>	<p>Criação de novas empresas: 1.600</p> <p>N.º novos empregos: 3.000</p>	<p>Criação de novas empresas: nd</p> <p>N.º novos empregos: nd</p>
	<p><b>9. Contratos Emprego-Inserção e Emprego-Inserção+</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inserção profissional de desempregados em entidades sem fins lucrativos ou autarquias (máximo de 1 ano)</li> </ul>	N.º desempregados: 30.000	N.º desempregados: 32.000 <i>(Fonte: MTSS – 26 de Junho de 2009)</i>
	<p><b>10. Alargamento da oferta de cursos de dupla certificação para desempregados em regiões específicas mais atingidas pelo desemprego (cursos de Educação e Formação de Adultos., EFA, e cursos de Especialização Tecnológica, CET)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atribuição de bolsa mensal de formação de 419€+ subsídio de alimentação + subsídio de transporte + despesas com guarda de dependentes.</li> </ul>	N.º desempregados: 5.000	N.º desempregados: 10.500 <i>(Fonte: MTSS – 26 de Junho de 2009)</i>

<b>Alargar a protecção social</b>	<b>11. Prolongamento do Subsídio Social de Desemprego</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prolongamento por um período de seis meses da atribuição do subsídio social de desemprego inicial ou subsequente ao subsídio de desemprego que cesse no decurso de 2009</li> <li>• O montante diário corresponde a 1/30 de 60% do valor do indexante dos apoios sociais (IAS)</li> <li>• O montante diário é majorado em 1/30 de 10% do IAS por cada filho que integre o agregado familiar do titular da prestação, não podendo esse montante exceder 1/30 do valor do IAS</li> </ul>	N.º desempregados: 50.000 + 15.000	N.º desempregados: nd  <i>Nota: O Decreto-Lei n.º 150/2009, de 30 de Junho, procede à alteração da condição de recursos de 80% para 110% do valor do indexante de apoios sociais (IAS), permitindo abranger um maior número de beneficiários desta prestação. Esta medida permite alargar a prestação a mais 15 mil desempregados.</i>
	<b>12. Manutenção do Subsídio em Situações de Regresso ao Emprego</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nas situações de regresso rápido ao mercado de trabalho (6 meses ou menos), o trabalhador mantém os direitos quanto à duração da prestação, se voltar a ficar em situação de desemprego</li> <li>• É considerado, também, o período de remunerações tido em conta na atribuição da prestação de desemprego imediatamente anterior</li> </ul>	N.º desempregados: nd	N.º de desempregados: nd

**Modernização de mais 100 escolas: Investimento Público em 2009: € 500M**

Os programas de requalificação do parque escolar em curso envolvem 1149 empresas e contribuem para a criação de 6543 postos de trabalho, segundo os últimos dados do Ministério da Educação, relativos a 31 de Maio. O programa de modernização do parque escolar do Ensino Secundário tem 900 empresas envolvidas e já criou 5100 empregos, enquanto o programa de requalificação de escolas com 2.º e 3.º ciclo do ensino básico envolve 249 empresas e motivou a criação de 1453 empregos.

- **Programa de modernização dos centros de saúde**
- **Modernização da infra-estrutura tecnológica** – redes de banda larga de nova geração : Despesa Fiscal em 2009: € 50M
  - Apoiar a realização dos investimentos nas redes de banda larga de nova geração; Promover a utilização doméstica e institucional das redes

**Rede Ferroviária de Alta Velocidade:**

- O investimento previsto na AV, para os eixos Lisboa-Porto e Lisboa-Madrid, gera efeitos globalmente positivos em todas as variáveis macroeconómicas:
  - Criação, no longo prazo, de 56 mil novos postos de trabalho permanentes (aproximadamente 100 mil durante a fase de construção)
  - Aumento do Investimento (FBCF) em 126 mil M€; Aumento do PIB em 121 mil M€; Aumento cumulativo de 64 mil M€ de receita fiscal do Estado

**Rede Nacional de Plataformas Logísticas:** Quando o projecto foi anunciado, em 2006, previa-se a criação de mais de 5 mil postos de trabalho. No entanto, com a concretização dos acordos entre o Governo e a Abertis e a Logz para o desenvolvimento das plataformas logísticas de Castanheira do Ribatejo e Poceirão, respectivamente, estas expectativas foram superadas. Com efeito:

- Na plataforma do Poceirão prevê-se a criação de 5.000 postos de trabalho directos e 7.000 indirectos;
- Na plataforma de Castanheira do Ribatejo prevê-se a criação de 5.000 postos de trabalho directos e 12.500 indirectos.

**QREN: Medidas de apoio  
ao investimento público**

- **Medida indirecta: revisão da legislação nacional sobre contratação pública para reduzir prazos (de 83 para 30 dias) nos procedimentos de concurso e colocação** dos limites para ajuste directo ao nível da directiva comunitária (com consulta prévia obrigatória a várias entidades)
  
- **Antecipação do investimento municipal na renovação do parque escolar do 1.º ciclo e ensino pré-escolar** através de:
  - pagamento antecipado de 30% do FEDER aprovado contra compromisso de conclusão das obras até 31/12/2009;
  - dispensa dos limites de endividamento; São já 440 os Centros Escolares em construção ou recuperação por todo o território continental; efeito territorialmente difuso e concentrado em PME
  
- **Agilização do investimento municipal (PPP de índole municipal passam a ter acesso a QREN)**
  
- **Assinatura de contratos de descentralização da gestão do QREN** com Associações de Municípios (subvenções globais no total de 1.400 M€)
  
- **Apoio à aplicação das subvenções globais das AM (1.400 M€),** através de:
  - acções de formação (IFDR+AG POR) para técnicos das AM;
  - pagamento adiantado de 50% do FEDER aprovado para o programa 2009 de Assistência Técnica.
  
- **Antecipação do investimento municipal em Requalificação Urbana ou integrado em Estratégias de Eficiência Colectiva**
  - O adiantamento terá o valor de 30% do financiamento FEDER aprovado para as candidaturas elegíveis.
  
  - No caso da requalificação urbana, o adiantamento será concedido às candidaturas de operações integradas em Programas de Acção aprovados pelos Programas Operacionais Regionais do Continente (POR) no âmbito dos seguintes instrumentos da política de cidades:
    - Parcerias para a Regeneração Urbana;
    - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação;
  
  - Ainda no caso da requalificação urbana, o adiantamento estará disponível para as intervenções em pequenos aglomerados populacionais não previstos no âmbito daqueles instrumentos.
  
  - No caso das EEC, o adiantamento será concedido às candidaturas municipais integradas em Programas de Acção colectiva que venham a obter o reconhecimento formal como Estratégia de Eficiência Colectiva em qualquer uma das seguintes modalidades:
    - PROVERE;

- Pólos de Competitividade e Tecnologia;
  - Outros “Clusters”.
- Trata-se de uma medida excepcional e temporária adequada ao momento económico que estamos a viver. Visa incentivar os municípios a anteciparem investimentos que contribuam para relançar a actividade económica de modo territorialmente bem distribuído. Por isso, em troca da atribuição do adiantamento, será pedido aos municípios que:
    - iniciem a execução física dos projectos de investimento até 31 de Dezembro de 2009 (apresentação do auto de consignação ou documento considerado equivalente pela Autoridade de Gestão datado até àquele dia);
    - concluem a execução financeira até 30 de Abril de 2011;
    - cada projecto com adiantamento corresponda a uma despesa de investimento elegível superior a 250.000,00 €.

**Medidas de apoio ao investimento privado**

- **Medidas QREN começaram ainda no primeiro semestre de 2008:** inovámos no pagamento à cabeça de incentivos FEDER às empresas (35% do incentivo aprovado)
- Linhas de crédito bonificado e com garantia mútua para PME: são já 3.750 M€
  - PME Investe I 750 M€; PME Investe II 1.000 M€; PME Investe III 1.600 M€; PME Investe IV 400 M€
- Alargamento de elegibilidades nos sistemas de incentivos ao investimento privado
- Acréscimo em taxas máximas de comparticipação comunitária (de 35% para 40% ou 45%)
- Flexibilização no pagamento de adiantamentos a projectos de investimento privado aprovados pelos sistemas de incentivos (adiantamentos até 50% do FEDER aprovado, com redução para 70% no valor da garantia bancária a prestar pelo promotor e da despesa inicial no projecto – basta comprovar o seu início).
- Pedido (medida QREN indirecta, já aprovada pela CE) de **alargamento das ajudas de minimis para PME** (de 200.000 para 500.000 euros até 2010)

**Planos de Apoio sectorial:**

- Plano de Apoio ao Sector Automóvel
- Plano de Apoio para o Desenvolvimento do Sector da Moda
- Plano de Apoio ao Sector da Cortiça

- Plano de Apoio ao Sector das Indústrias da Madeira e do Mobiliário

**Medidas de apoio ao emprego e qualificação**

- **Conjunto de medidas destinadas aos cidadãos, às empresas e aos sectores social e local**

- 280 milhões de Euros de FSE (Programa Operacional Potencial Humano) para o financiamento da medida Apoio ao Emprego e Reforço da Protecção Social que integra a Iniciativa para o Investimento e o Emprego.

Iniciativa Investimento e Emprego – Valores Previstos inicialmente

### Impacto Orçamental em 2009 (face ao OE2009)

	Financiamento Nacional	Financiamento Comunitário	Total de Recursos <sup>(*)</sup>
Modernização das Escolas	300	200	500
Energia Sustentável	250	0	250
Modernização da Infra-estrutura Tecnológica	50	0	50
Apoio especial à actividade económica, exportações e PME	400	400	800
Apoio ao Emprego	300	280	580
	<b>1300</b>	<b>880</b>	<b>2180</b>
P.m. Peso no PIB	(0,8%)		(1,25%)

- Iniciativa para o Investimento e Emprego representa um estímulo adicional para a economia de 2180 milhões de euros (cerca de 1,25% do PIB), dos quais 1300 milhões de euros (0,8% do PIB) são financiados directamente pelo Orçamento do Estado
- Investimento Privado Directamente Associado  $\cong$  5000 M€

#### Obras Públicas – Investimentos Previstos

Projecto	Ponto de situação	Data adjudicação	Data Início Obra	Valor Obra 2008	Valor Obra 2009***
Rodovia Douro Litoral	Concessão em curso	28-12-2007	28-12-	-	290

			2008*			
	Túnel do Marão	Concessão em curso	09-04-2008	3º Trim 2008	40	100
	Transmontana	Concessão em análise propostas	Set-08	1º Trim 2009	-	125
	Douro Interior	Concessão em análise propostas	Out-08	1º Trim 2009	-	130
	Baixo Alentejo	Concessão em análise propostas	Out-08	4º Trim 2008	20	90
	Baixo Tejo	Concessão em análise propostas	Out-08	1º Trim 2009	-	28
	Centro	Concessão em curso	Dez-08	1º Trim 2009	-	185
	Litoral Oeste	Concessão em curso	Dez-08	1º Trim 2009	-	65
	Alto Alentejo	Concessão a lançar no 2º semestre 2008	3º trim-09	1º Trim 2010	-	-
	Algarve Litoral	Concessão em curso	Dez-08	1º Trim 2009	-	50
	Pinhal Interior	Concessão a lançar em Junho 2008		3º Trim 2009	-	120
	CRIL	Obra em curso	16-11-2008	Mai-08	37	75
	Outros Projectos	-	-	-	32	114
	<b>Aeroportos</b>	Lisboa (Portela)	Plano de expansão (em curso)	Obras em curso		91
Faro		Obras de expansão	Obras em curso		11	12
Beja		Obras de expansão	Obras em		12	

			curso			
	Porto	Centro carga aérea	Obras em curso		10	5
<b>Comunicações</b>	Operadores	Redes de Nova Geração (NGN)	*****		100	700
						<i>un: M€</i>
<b>Total Investimento</b>					<b>2008</b>	<b>2009</b>
					352	2.183

\* Irão iniciar-se negociações com a concessionária com vista a eventual redução do prazo para início das obras

\*\* Os prazos de início de obras indicados estão dependentes da entrada em vigor da legislação da RAN e da REN, bem como da agilização dos prazos da apreciação, pela APA, dos RECAPES

\*\*\* Valores de obra relativos às concessões rodoviárias são meramente indicativos

\*\*\*\* Nos Aeroportos, em 2008, excluíram-se os investimentos já realizados até ao mês de Abril.

\*\*\*\*\* Dependente de RCM em Junho / 2008 e de clarificação do quadro regulatório.